

A "FORÇA DA REPRESENTAÇÃO": PESQUISANDO MULHERES EM DOMÍNIOS POLÍTICOS E CULTURAIS

THE "REPRESENTATION'S FORCE": A RESEARCH ABOUT WOMEN IN A POLITICIAN AND CULTURAL ENVIRONMENT

Eliana Tavares dos Reis*
Irllys Alencar F. Barreira**

Este dossiê agrega discussões voltadas a inscrições de mulheres em domínios sociais nos quais elas conquistam posições proeminentes e assumem posicionamentos sobre uma multiplicidade de temáticas consideradas relevantes. Por esse intermédio, elas produzem e transmitem representações sobre o mundo social.

Com recortes analíticos variados, os artigos aqui reunidos abordam mecanismos, dinâmicas e estratégias de afirmação de agentes representativas de configurações de luta, modos de legitimação de perfis e relações de dominação (sobretudo entre os sexos, mas também entre instituições, classes, etnias,

regiões etc.). E abrangem, ainda, formas nuancadas de intercruzamentos entre dimensões políticas e culturais.

Tal como os universos analisados, a proveniência e o vínculo institucional das/ das autoras/es, estão localizados em distintas "realidades" regionais e nacionais. Realçamos, especialmente, a aglutinação de pesquisadoras e pesquisadores das diferentes áreas das ciências sociais e em fases dessemelhantes das suas carreiras acadêmicas. Os proveitos analíticos de uma interlocução e pluralidade de pontos de vista são evidentes, a começar por relativizar questões comumente homogeneiza-

* Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA – (São Luís/MA/BR). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail: eliana1reis@terra.com.br

** Professora titular do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC – (Fortaleza/CE/BR). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC). E-mail: irlyls.firmo@gmail.com

das em etiquetas redutoras, afiançadas por especializações das/os pesquisadoras/es em áreas do conhecimento (“políticas”, “culturais”, “intelectuais”, institucionais”, de “gênero”, de “raça”, entre outras).

Para tentar esclarecer os objetivos que nortearam a organização desta coletânea, iniciamos problematizando a expectativa de que as ponderações sobre os ganhos e reconhecimentos profissionais e identitários das mulheres devam estar, de antemão, associadas à ideia de “gênero”. Com isso, dependendo dos modos de entendimento, a recepção das análises pode ganhar ou perder força conforme a sua capacidade de acionar esse registro, com vantagens para aquelas que corroboram equivalências com outras categorias. No limite, os trabalhos podem ser percebidos como heréticos, quando examinam fatores objetivistas vinculados às classificações por “sexo”, ou apolo-géticos, quando incensam casos de superação ou subversão da “ordem”. E, de forma intermediária, podem esgueirar-se desembaraçadamente, como saída não calculada, quando celebram dimensões simbólicas ou subjetivistas¹.

A literatura brasileira direcionada aos estudos *sobre* essa temática ou *que*, de alguma forma, a alcança, é vasta, heterogênea e está em constante disputa. Ressalta-se que ainda não foram sistematizadas as linhas de confronto e convergências que compõem um “campo de estudos de gênero no país”, nem matizada a gênese dos embates, antagonismos e consonâncias. Todavia, podemos antecipar – com base em levantamento sobre pesquisas que mobilizam as noções de “biografias” e “trajetórias” rea-

lizadas no âmbito das ciências sociais e história (no Brasil), apoiada nas publicações do *Scielo* entre 1989 a 2017, cuja concentração robusta foi entre 2007 e 2016 – a significativa incidência de publicações reportando-se a estudos sobre mulheres e “outros gêneros” (travestis, transexuais, sexualidade e corpo), e que os dois periódicos mais frequentes no topo da lista de publicações são os *Cadernos Pagu* e a *Revista Estudos Feministas* (REIS e BARREIRA, 2018, p. 39).

Acrescentamos que entre as reflexões nessa seara, verificam-se esforços teóricos nos quais estão em pauta adequações classificatórias, definições legítimas e abordagens pertinentes às preocupações normativas. Não raro, os trabalhos recorrem a ângulos psicanalíticos como convenientes à devida compreensão dos universos, ou descrevem as circunstâncias e os desdobramentos históricos das lutas feministas no país como condição à localização dos sujeitos e alvos da análise, sobretudo, da cimentação do “gênero” no cenário público nacional. Recentemente, observamos também o empenho em ampliar a acepção do termo como locução adjetiva de “identidade” para englobar as múltiplas formas dos sujeitos se constituírem nas lutas reivindicatórias.

A defesa de uma teoria própria e a dilatação de significados no intuito de alcançar as tantas possibilidades de identificações passíveis de serem encerradas, não deve, porém, esvaziar (ou fazer menosprezar como mera dicotomia limitadora) as potencialidades do tratamento das disposições, divisões, posições e posicionamentos de agentes (mulheres) relativamente aos seus homólogos (homens). É no entrelaçamento das rela-

1. Uma espécie de proteção aos riscos de dessacralização que, assim como acontece para outros universos, impõe os limites do seu tratamento a partir do consenso sobre o seu encantamento. Portanto, inscrevê-los no trabalho de construção dos objetos científicos transparece como insulto (LAHIRE, 2010).

ções e (auto)percepções entre os tipos tronculares que podemos verificar a profusão e os sentidos das ramificações de outras referências de sínteses identitárias. Uma forma de não incorrer nas armadilhas essencialistas é, justamente, atentar que as “relações de gênero” sempre carregam ressonâncias e atualizam os modelos (elementares) de classificação, quer dizer, formas de avaliar, sentir e agir. O grande desafio se torna, portanto, relativizar os entroncamentos prévios, buscando condicionamentos, momentos e situações nos quais as classificações operam e produzem efeitos no conjunto das lutas sociais, incluindo as formas de reconhecimento.

De modo geral, os artigos ora agrupados respondem à possibilidade de compreender, por meio de pesquisas específicas, como a aplicação de meios, bens, oportunidades, gerações, formações, formulações, etc. agem na (re)configuração de alocações e posicionamentos assumidos por mulheres, em certos momentos e espaços sociais. Eles estimulam, então, a formulação de novas interrogações sobre as condições e atributos favoráveis ou adversos às aquisições e agenciamentos de uma “dupla e indissociável arte da representação”: em que determinadas/os agentes, investidas/os de insígnias e posições estatutárias certificadoras de suas tomadas de posição, falam em nome (no lugar ou representativas) de categorias e causas coletivas (GRILL e REIS, 2016). Essa problemática não perde de vista as complexas articulações entre injunções modeladoras, que prescrevem comportamentos, muito menos as práticas e condutas insubordinadas. Acentuando usos, reforços, adaptações e transformações de regras, papéis e esquemas cognitivos.

As contribuições que abrem o dossiê, de Rose Marie Lagrave e Delphine Dulong, são heurísticamente ricas. Elas ilustram formas de

tratamento da temática com aplicações refinadas no que tange ao alinhamento de objetos e encaminhamentos analíticos originais, pouco operados nas ciências sociais brasileiras. Os vieses adotados pelas autoras são, além e por conta disso, exemplares da tensão entre, de um lado, uma agenda instituída de “questões” e dimensões privilegiadas e, de outro, de práticas de pesquisa que desconcertam rotinas científicas estabilizadas.

Lagrove publicou o artigo seminal no qual a pergunta “Pesquisas feministas ou pesquisas sobre a mulher?” não é um dilema a ser resolvido com a adesão a uma ou outra opção, mas constitui o processo de construção de um problema de pesquisa, mediante a qual ela mesma, reflexivamente, se coloca: as constrições e as disputas que redundaram no delineamento de um campo de estudos de gênero na França. Em lugar da simples oposição entre “acadêmicas” e “militantes”, estão em jogo as interfaces entre as propriedades sociais dos/das agentes envolvidos/as, suas estratégias de afirmação, as interpelações dos movimentos sociais e os princípios de hierarquização/legitimação de centros e instituições de pesquisas. A autora evidencia o intrincado de arranjos e adaptações no qual as virtualidades subversivas dos estudos feministas acabaram entibiadas quando foram incorporadas no campo científico em posições marginais.

A socióloga contribui fortemente aos debates que repõem a difícil relação entre “gênero” e “ciência”, sem sucumbir às contravérsias que as definem como noções contraditórias, geralmente por enunciarem somente um modelo científico natural, reprodutivista e masculino. Não obstante, já contamos com esquemas sociológicos que avançaram na acumulação de ferramentas, permitindo construir conhecimento, ao mesmo tempo sistemático e crítico, abran-

gendo condições e variáveis históricas e sociais de produção/problematização das relações sociais. Notadamente, esse instrumental pode ser operacionalizado por pesquisadores e pesquisadoras, de todos os gêneros, no sentido de desvendar relações de poder e de dominação em todas as ordens.

Gerações de pesquisadoras certamente foram beneficiadas pelo trabalho prévio de objetivação realizado por Lagrave que, com uma pesquisa rigorosa, examinou as condições de emergência da “problemática” de “gênero” desvelando normas e concorrências à sua afirmação como causa e objeto de análise. Inscrita em postura epistemológica semelhante, Dulong pôde flexibilizar perspectivas e dimensões operadas, sem abandonar os princípios de elaboração de instrumentos eficientes à apreensão do mundo social. Situando as influências da autora, Maurício Izelli Doré (além da tradução do texto aqui publicado), apresenta-nos as bases teóricas que fundamentam suas apostas analíticas na reflexão sobre as imposições e limites, tanto da ordem institucional, como de agentes dispostos/as a confrontá-la.

Dulong investiga as conexões entre instituições políticas e os modos de dominação social e masculina, desvencilhando-se da oposição entre a determinação de mecanismos que forcem a submissão à “verdade da instituição”, e o “voluntarismo espontaneísta”, que crê na suficiência da capacidade de ação e de reflexão dos atores para contestá-la. Ela rompe, pois, com a dualidade que pode empobrecer as análises quando o pêndulo se fixa em um ou outro lado da equação. A pesquisadora busca detectar a série de regulagens entre tolhimentos, formas de subversão e amoldamentos, caudatários dos perfis e posições individuais e coletivas, interagindo na produção das representações e práticas. Esses fatores vêm à superfície na

operacionalização da trajetória de Malika. Com origem social baixa e fraca familiaridade com o jogo político eleitoral, ela contou com condições favoráveis à ascensão de sua “trajetória improvável”, movimentando-se entre barreiras, inserções e usos de suas “carências” como trunfos de luta.

O perfil analisado por Delphine Dulong e a forma de abordá-lo guardam semelhanças com outros casos examinados e com expedientes mobilizados em estudos que compõem esta coletânea (Benedita da Silva, Griselda Gambaro e Afonsina Storni). Da mesma maneira, o transcurso dessas trajetórias é inseparável das mudanças que pavimentaram suas condições de aparição, incluindo os intercâmbios transnacionais e as confluências à legitimação de princípios democráticos, conseqüentemente, à ampliação das condições objetivas e subjetivas à diversificação das/os protagonistas “aptas/os” em intervir nos distintos domínios sociais (válidos para França, Brasil e Argentina).

Com efeito, percepções e apropriações de categorias de luta e objetos de análise estão ligadas a processos de importações e ajustes históricos e sociais em conjunturas diversas (SEIDL e GRILL, 2013; REIS, 2013; CORADINI, 2012; entre outros). Para a reflexão em pauta, não é novidade que as significações originais de *gender* foram forjadas na história do feminismo anglo-saxão e de seus debates específicos, de sua tradição cultural e intelectual. Portanto, elas não necessariamente correspondem a disputas e embates (políticos e acadêmicos) deflagrados, posteriormente, nos países das suas intérpretes importadoras (GUIONNET e NEVEU, 2009, p.27). Na França e, do mesmo modo, no Brasil – provavelmente em função da influência de seus bens culturais nas históricas e distintivas atitudes cosmopolitas dos brasileiros –, o *genre* e o *gênero* não

significavam originalmente a identificação de relações sociais de sexo, sendo mais comumente relacionados à categorização de obras e estilos de produção artísticas/culturais. Porém, assim como em outras “realidades nacionais”, a circulação internacional de recursos (humanos, simbólicos, materiais) interferiram na incorporação (normativa e acadêmica) da significação alusiva à classificação das características, divisões, papéis e relações de poder histórica e culturalmente construídas entre os sexos.

Mesmo que ainda não contemos com uma sócio-história desses fluxos, apropriações e reinvenções, sem dúvida teríamos uma melhor compreensão das relações de gênero ou das condições de afirmação de determinados perfis de mulheres no exercício de dadas atividades sociais com a apreensão de dinâmicas e transformações mais amplas, ocorridas em distintas esferas e dimensões da vida social. Soma-se a isso a importância de serem considerados os arranjos (amalgamados) entre as ordens sociais (política, cultural, econômica, religiosa, familiar...) atentando às alterações estruturais e estruturantes (REIS e GRILL, 2017; CORADINI, 2003).

De um lado, a gestação de um senso comum acerca das características e funções consideradas propriamente “femininas” decorre de longos processos de impregnação por intermédio de aprendizados e (auto) atribuições de predicados e inclinações associadas ao gênero. Afinal, “a vida social é imersão num banho de símbolos, de produtos culturais, de convenções que, silenciosas ou agressivas, provocantes ou homeopáticas, mantêm no cotidiano o ‘trabalho de gênero’” (GUIONNET e NEVEU, 2009, p. 95). De outro lado, há uma polissemia de sentidos, enfoques e usos multifacetados das suas aplicações (espontâneas, normativas ou cultas). Contudo, isso não enfra-

quece a ideia de que as variáveis “gênero” e “sexo” são indispensáveis não apenas à apreensão dos fenômenos sociais – pois são “componentes da panóplia identitária dos agentes sociais” –, como, antes disso, dos enquadramentos nas formas de antecipar, conceber e experienciar práticas/conduitas: “aquilo com o que pensamos e classificamos o mundo social” (p. 95).

Nas primeiras décadas do século XX, como Lucas Woltmann Figueiró apontou, posicionamentos em revistas, livros e atividades direcionadas ao público feminino expressavam os dispositivos educativos de circunscrição do universo das “práticas representacionais de estereotipagem”. Naturalmente vinculadas à “função social que deveriam cumprir dentro da família”, as mulheres eram idealmente vistas como portadoras de valores considerados essenciais tais como “afeto, bondade e sensibilidade, religiosidade, moralidade e civilidade”. Esses atributos, ao mesmo tempo em que lhes conferiam lugar e papéis específicos, interditavam a possibilidade de outros. E o autor conclui prevenindo sobre a persistência de um “discurso conservador de defesa da moral familiar cristã”.

São incontestáveis, no entanto, as realocações ocorridas, principalmente na segunda metade do século XX, nas quais as representações e posições de agentes refletem o apuramento das capacidades reflexivas acerca das suas condições desiguais de existência, das recomposições do *equilíbrio da balança de poder* (ELIAS, 2000) das relações entre os sexos e dos repertórios de reivindicação por reconhecimentos e direitos. Nesse sentido, alguns aspectos foram indicados por Camila Rosatti e Eliana Tavares dos Reis na apresentação do relato de Heloisa Pontes.

A riqueza desse depoimento reside, em primeiro lugar, no fato de Pontes desnudar, com leveza e sofisticação, seu itinerário, ex-

pondo contingências pessoais, conjunturais, constrangimentos, realizações, enfim, o emaranhado de fatores que incidiram nas suas escolhas e traçaram seu “destino”. Em segundo lugar, o relato nos leva a revisitar uma fase decisiva de afirmação das causas feministas nos ambientes acadêmicos, de introdução da problemática de gênero e de institucionalização das ciências sociais brasileiras, processos dos quais a entrevistada participou diretamente. E, em terceiro lugar, com relevantes investigações sobre mulheres e contribuições à sociologia da cultura e dos intelectuais, Pontes partilha conosco lógicas e condicionantes que balizam a carreira acadêmica de uma pesquisadora, com nome reconhecido pelo rigor e inventividade na apropriação de um esquema analítico que, no Brasil e na França, é predominantemente relacionado a figuras masculinas.

Assim como a ascensão do trabalho de mulheres nos domínios culturais e a ascensão que exerceram sobre eles (com interferência dos registros políticos), a ampliação das oportunidades de conquista de posições políticas institucionais ocorreram no bojo dos processos de emergência de princípios, valores e procedimentos congruentes com uma gramática democrática. O que significou uma ampliação nas chances de entrada em cena de agentes dispostas a participar das competições nas arenas eletivas (fortemente respaldadas por seus investimentos culturais e engajamentos militantes prévios).

Os estudos dedicados às lógicas de especialização ou profissionalização política, desenvolvidos nas diretrizes de uma sociologia política de inspiração bourdieusiana, propõem focalizar as bases do recrutamento dos agentes que se apresentam ao jogo político eletivo, e da legitimidade ao exercício de mandatos políticos, sem negligenciar a “lógica de denegação identitária”, que desloca

(como crença e estratégia) o sentido “profissional” para a justificação “vocacional” da carreira (GRILL, 2008; OFFERLÉ, 1999).

As lutas pela participação de pessoas do sexo feminino em posições de poder político favoreceram a edificação de políticas afirmativas e de dispositivos paritários de atuação. Entretanto, mesmo que mecanismos desse tipo interfiram no quantitativo de mulheres em domínios políticos (no sentido amplo), isso não significa a produção imediata de modificações nos princípios e modalidades de exercício das atividades políticas. Pelo contrário, o maior ou menor êxito na entrada e a permanência no jogo pode residir na capacidade de concertação a esses valores considerados universais, que são masculinos (DULONG, LÉVÊQUE e MATONTI, 2019, p.41).

Cristina Altmann, a partir de uma pesquisa de cunho mais sociográfico, traz aspectos consistentes para compreender os elementos (sociais, políticos e culturais) intervenientes no estímulo às estreias na política de mulheres que alcançaram cargos parlamentares. A autora se situa no rol das pesquisas que exploraram os efeitos da intensificação dos processos de diversificação do pessoal especializado no exercício de mandatos políticos durante a chamada “redemocratização” do país. Examinando 208 casos de mulheres parlamentares atuantes da segunda metade do século XX à primeira década do XXI, ela demonstra, por um lado, o peso dos investimentos profissionais e dos vínculos associativos anteriores aos percursos políticos profissionais e, por outro lado, as apropriações multiformes do “feminino” nas suas tomadas de posição.

E Irllys Alencar F. Barreira, com ênfase mais etnográfica, ilumina as perspectivas ativadas pelas parlamentares na sua atuação prática. Por meio da análise fina das

performances parlamentares no âmbito do Congresso Parlamentar e das avaliações das agentes, a autora desvela as estratégias de (auto)apresentação, de organização e de conquista de reconhecimentos, trazendo à tona antecipações, distinções, alocações, rituais, entre outros traços simbólicos reveladores dos modos de agir, de perceber e de administrar do seu papel político.

Os dois artigos se debruçam sobre mulheres investidas em cargos políticos para apreender suas condições de ingresso na atividade política profissional e a maneira como manejam seu laboro, trânsitos e imagens no exercício da sua posição como “representantes”. É claro que não podemos restringir a ideia de “representação” ao trabalho de profissionais da política, até porque suas bases são erguidas em múltiplos níveis e domínios de inscrições. Os condicionantes sociais e a ascendência dos engajamentos associativos prévios apresentados por Altmann, e a dimensão simbólica explorada na caracterização das práticas empreendida por Barreira, podem ser complementariamente pensados a partir de um plano mais local da atividade política e de construções identitárias de mulheres.

Thaís da Rosa Alves e Miriam Steffen Vieira citam a passagem de Palmeira e Barreira (2004, p. 9) para lembrar que é preciso “refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade”. Nesse caso, as autoras se dedicam a etnografar a atuação militante de mulheres negras em uma associação comunitária localizada na periferia de Porto Alegre. Seguindo alguns trajetos exemplares, elas retratam as visões das suas “interlocutoras”, sem desconsiderar as condições objetivas das inserções, a tessitura de redes de relações, as estratégias de organização e de mobilização, a articulação entre diferentes “ei-

xos de poder”, mormente como todas essas facetas desenham (no “dia a dia”) suas concepções e práticas políticas.

Uma das agentes abarcadas por Eliana Tavares dos Reis, Benedita da Silva, tem origem semelhante à das mulheres examinadas por Alves e Vieira. E ela – assim como as outras parlamentares tratadas no artigo sobre suas “confissões políticas” –, é representativa dos perfis sociais e das estratégias de (auto)apresentação tratados por Altmann e Barreira, respectivamente. Além das propriedades sociais e dos engajamentos progressos, Reis identifica os recursos e os investimentos culturais de deputadas e/ou senadoras, que colaboraram para a sua participação no trabalho de produção/reprodução de representações sobre o mundo social. Especialmente, a autora se centrou em livros publicados pelas agentes em distintas fases biográficas e por diferentes razões. O material é perquirido como fonte-objeto privilegiado à apreensão das “bases da autoridade” acumuladas para oferecerem a glosa de suas vidas e eventos marcantes, dos esquemas de classificação operados e das estratégias de gestão das suas autoimagens.

Em espaços caracterizados pela alta competição para “dentro” (entre “pares”) e para “fora” (pela adesão dos “profanos”), mesmo em configurações históricas definidas pela débil objetivação dos campos sociais, os critérios de entrada podem ser bastante exigentes, justamente por serem incontroláveis. Por exemplo, podem depender de conjunturas de crise para abrir fendas à estreia de *outsiders* e às estratégias de subversão (REIS, 2015) ou da posse de recursos herdados nos meios familiares, portanto, não disponíveis aos investimentos num mercado aberto de aquisições (GRILL, 2020). Do mesmo modo, a subsistência dos/

das agentes nesses jogos é tributária das disposições a investir meios e extrair retribuições materiais e simbólicas desses envoltórios (GAXIE, 1977; 2005). As percepções das disposições e das brechas permitem equacionar jogos e disposições permanentemente repostos no âmbito de conjunturas diversas.

Acontece que isso não é acompanhado de isonomia ou universalidade. Os bens (em sentido amplo) detidos e os rendimentos recorrentes são desiguais, quer dizer, relativamente valorizados ou vulneráveis às desvalorizações ou revalorizações, podendo o vértice ser mais baixo ou desmesurável. Quando os agentes estão em situação desfavorável nas relações de dominação, essas inscrições podem gerar tensões entre a reprodução das hierarquias e de princípios de divisão a si mesmos prejudiciais, e a ocupação de condição em falso (nem sempre percebidas como tais), ou ainda provocar conflitos entre a detenção das prerrogativas que fornecem o sentimento de alta autoestima dos dominantes e os insistentes chamados à ordem que perseguem os dominados.

Esses elementos estão presentes, de algum modo, na trajetória artística de Griselda Gambaro na dramaturgia argentina, erigida por Brunela Succi. A autora localizou as “estratégias de construção e autorização” que asseguraram a participação de Gambaro nas disputas em torno da “definição de uma vanguarda teatral” na Buenos Aires dos anos 1960. Na trilha dos achados de Heloisa Pontes, Succi recupera a ideia de “burla de gênero” e pondera sobre o peso da parceria amorosa e profissional (com Distéfano), sem “engessar a complexa experiência social de mulheres e homens na polarização estanque entre submissas e do-

minantes”. Adicionando a isso a dimensão de classe para qualificar, junto com outros dados, os meios de luta “em face dos desafios, tensões e constrangimentos sociais interpostos como obstáculos aos seus propósitos pessoais”.

Gambaro está situada numa genealogia consagrada de mulheres argentinas com perfis sociais, inserções e produções culturais, marcadas pelas polêmicas intelectuais e políticas, da década de 1920 à de 1970. Ela se aproxima da trajetória de Afonsina Storni, examinada por Sergio Miceli no livro *Sonhos de Periferia*, em relação à de seu parceiro Horácio Quiroga. A partir da resenha de Igor Gastal Grill e Melissa Teixeira, observamos como a literata é exemplar do protagonismo de gênero verificado na Argentina pelo autor (comparativamente ao caso brasileiro) e das mudanças dos critérios de reconhecimento intelectual das vanguardas argentinas, que, até então, consagra perfis mais notáveis como o de Vitoria Ocampo.

Sem evidentemente esgotar as possibilidades de pesquisas centradas em relações de gênero em vários domínios, esta coletânea pode significar um prosseguir de caminhos já percorridos e acumulados. Os artigos demonstram a possibilidade de pensar a performance de mulheres a partir de lugares em construção, absorvendo as várias possibilidades de verificar formas explícitas ou ocultas de dominação. A observação de domínios culturais e políticos ampliou a reflexão sobre situações mais ou menos visíveis nas quais transitam os jogos de disposições e de imposições. A ruptura com as polarizações permite sair do engessamento binário, ou voluntarismo heroico, para pensar nas lutas efetivas que se processam no percurso das práticas.

Referências

- CORADINI, O. L. Os usos das ciências humanas e sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, p. 67-99, 2012.
- CORADINI, O. L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, n. 32, p. 125-144, 2003.
- DULONG, D.; LÉVÊQUE, S. MATONTI, F. Drôles de dames. Les femmes em politique ou la fabrication d'une compétence politique spécifique. In: BARRAULT-STELLA, L.; GAÏTI, B.; LEHINGUE, P. (Orgs.). *La politique désenchantée*. Rennes: PUR, 2019, p. 35-47.
- ELIAS, N. Les transformations de la balance des pouvoirs entre les sexes. Etude sociologique d'un processus à travers l'exemple de l'Etat romain antique. *Politix*, v. 13, n. 51, p. 15-53, 2000.
- GAXIE, D. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, v. 11, n. 1, p.157-188, 2005.
- GAXIE, D. Economie des partis et rétributions du militantisme. *Revue française de science politique*, v. 27, n. 1, p. 123-154, 1977.
- GRILL, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em 'famílias de políticos'. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, v. 17 (33), p. 125-162, 2020.
- _____. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão: Rio Grande do Sul e Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, p. 65-87, 2008.
- GRILL, I. G.; REIS, E. T. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre "política" e "cultura" no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- GUIONNET, C.; NEVEU, E. Genre, politique et espace public. In: GUIONNET, C. et NEVEU, E. *Féminins/Maculins: Sociologie du genre*. Paris: Armand Colin, 2009.
- LAHIRE, B. Esplendores e misérias de uma metáfora. A construção social da realidade. *Estudos de Sociologia*, v. 16, n. 1, p. 13-32, 2010.
- OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. *La profession politique: XIX-XX siècles*. Paris: Belin: 1999, p. 7-35.
- REIS, E. T. Saberes em movimento: transações entre "intelectuais", definições de ciências sociais e a "política". In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. (Orgs.). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013, p. 21-74.
- _____. *Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política*. São Luís/Porto Alegre: EDUFMA/ZOUK, 2015.
- REIS, E. T.; BARREIRA, I. F. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 86, 2, p. 36-67, 2018.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social*, v.29, n.3, p. 137-159, 2017.
- SEIDL, E.; GRILL, I. G. A política como objeto de estudos das Ciências Sociais. In: _____. (Orgs.). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013, p. 7-20.

